

Relatório sobre a palestra Ética na Antropologia realizada no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP

Data: 4 de outubro de 2005

Introdução

A partir de um programa do CNPq de qualificação dos Comitês de Ética em Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP - COESP/USP – entrou em contato com a ABA, convidando um(a) antropólogo(a) para participar de um evento palestrando sobre Ética na Antropologia. A indicação do meu nome, por parte da diretoria da ABA, para proferir essa palestra em nome da ABA foi por mim recebido com muita satisfação. No meu entender, a indicação representou o reconhecimento de um trabalho que venho realizando, sempre que possível, de divulgação da perspectiva antropológica sobre as especificidades da Antropologia no que se refere às regras da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP – mais particularmente à Resolução 196/96, que delibera sobre procedimentos de ética em pesquisa “envolvendo” seres humanos.

O evento promovido pelo COESP/USP envolvia uma manhã de atividades, que contavam fundamentalmente com duas palestras e debates subseqüentes. Nesse caso, o primeiro palestrante tratava-se do Dr. Paulo Fortes, médico, que trabalha na própria Faculdade de Saúde Pública da USP, ex-integrante da CONEP e de outros Comitês de Ética, cuja palestra antecedeu a minha e versou sobre o tema do “Consentimento Livre e Esclarecido”. Para minha surpresa, sua posição mostrou-se bastante liberal, apontando inclusive casos onde o termo de “Consentimento Livre e Esclarecido” era “desaconselhável”. Anteriormente, na primeira parte da sua palestra ele havia feito um esclarecimento sobre uma das correntes existentes na bibliografia sobre Ética em Pesquisa, da qual o Brasil é seguidor, que é o chamado “Princípioalismo”, onde as pesquisa envolvendo seres humanos devem atentar para quatro princípios fundamentais: a beneficência, a não maleficência, a autonomia e a justiça. Depois de explicar o significado de cada um desses itens (ponto relativamente recorrente em palestras sobre ética em pesquisa no Brasil, uma vez esses princípios compõem os fundamentos que justificam a própria existência da CONEP), ele encaminhou sua palestra para uma visão mais crítica sobre o Consentimento Livre e Esclarecido, demonstrando sua pertinência ou não, mas utilizando grande parte do seu tempo de palestra para a questão da importância da autonomia dos sujeitos de pesquisa.

Na minha visão de antropóloga que acompanha o movimento da CONEP e de outros Comitês de Ética no sul do Brasil, duas questões ficaram claras na palestra do colega: a primeira, pela qual ele demonstrou sua crítica ao uso indiscriminado e formal dos termos de Consentimento Livre e Esclarecido, que é um grande progresso da própria CONEP com relação às exigências sobre os procedimentos exigidos por comitês de ética em pesquisa. Na sua avaliação, a CONEP, que partiu de um modelo pensado para pesquisa clínica foi tendo que re-elaborar questões que se colocaram a partir de outras áreas de pesquisas que envolvem seres humanos, mas que não se referem à intervenções do tipo, testagem de medicamentos, protocolos internacionais de testagem de vacinas, entre outros; por outro lado, observo que mesmo demonstrando esse progresso na visão de membros da CONEP, ele inclusive,

não chega a questionar de que forma o próprio “princípioalismo”, que norteia os procedimentos requeridos sobre a ética na pesquisa no Brasil e em outros países, defendido pelo colega, é inconsistente com algumas das críticas que ele próprio ensaiou. Por exemplo, como é possível tomar como referência o princípio a autonomia dos sujeitos e, ao mesmo tempo, questionar situações em que isso é impossível de ser obtido, sem ligar um fato ao outro? Embora eu tenha considerado formular perguntas como esta, no período destinado ao debate, achei que confrontá-lo não seria a melhor estratégia, considerando que ele já demonstrara grande progresso na sua forma de pensar em relação a outras palestras dele que eu já havia assistido no passado. Como a minha palestra seria a seguinte achei que não deixaria de haver alguma situação para referir alguma situação sobre essa “lógica sem lógica” que ele apresentara.

Não quero deixar de reconhecer a importância da palestra do colega e a sua coragem de fazer uma série de questionamentos os quais eu, raramente, havia observado em membros ou ex-membros da CONEP.

Ética na Antropologia

Iniciando a minha palestra, realizei os agradecimentos de praxe, inclusive à ABA por ter feito a indicação do meu nome, agradecendo também o título proposto que era bastante amplo, o qual poderia abrigar desde o problema do livro de Patrick Tierney sobre “Darkness in El Dorado”, onde esse jornalista norte-americano critica severamente a falta de ética do antropólogo Chagnon e do geneticista O’Neel (ambos norte-americanos) sobre o advento ocorrido na década de 1980 envolvendo os Yanomami que vivem em território fronteiro entre Brasil e Venezuela, até o código de ética da ABA, que pode ser considerado o nosso guia ético para pesquisas em Antropologia e em que medida ele pode ser pensado com relação às regulamentações éticas atuais “envolvendo” seres humanos.

Entretanto, por eu imaginar que estaria falando fundamentalmente para pessoas que compõem um Comitê de Ética, me ocorreu que seria útil tentar responder basicamente a duas questões:

1. Por que a Antropologia se preocupa com a Ética na Pesquisa?
2. Por que os Comitês de Ética na Pesquisa se preocupam com os projetos da Antropologia?

Confesso que meu objetivo inicial era um tanto provocativo, porque a grande questão que estava por trás da minha palestra, era uma preocupação que tem sido passada para mim por colegas antropólogos que levantam o caso de não conseguirem obter aprovação dos comitês de ética para seus projetos de pesquisa baseados em metodologia qualitativa, por estes seguirem, ao pé da letra, sem questionamentos, a resolução 196/96. Essa, como já referi anteriormente, foi formulada a partir dos pressupostos do “princípioalismo” e visando ensaios clínicos. Entretanto – para minha surpresa - como bem referiu o Dr. Paulo Fortes, que me antecedeu, a Antropologia (assim como a Psicologia, o Serviço Social, e outras áreas afins) “se viu envolvida” nessas regras, dado o fato de que suas pesquisas “envolvem” seres humanos.

Mas nem todos os comitês de ética compreendem a situação dessa maneira, havendo sobre a pesquisa qualitativa, segundo declaração de

colegas, uma acusação implícita de “falta de ética” dado à subjetividade envolvida em nossas pesquisas e pelo não seguimento da lógica quantitativa imposta dentro dos protocolos de pesquisa dos CEPs, a partir de alguns itens impossíveis de serem respondidos pela Antropologia.

Na parte inicial da minha palestra, levantei a compreensão de que, para a Antropologia, a ética não é apenas um “problema” dos projetos de pesquisa, mas uma questão filosófica e sociológica, que diz respeito à vida do homem em sociedade; que se encontra colada nas relações sociais permeando todas as relações entre pessoas e que não é uma “coisa” que se tem ou não se tem, mas uma qualidade de uma ação referenciada em um certo código ou acordo social. E que o fundamental, para nós, é que os sujeitos de pesquisa fossem tratados como interlocutores, não como objetos. Levantei também a questão do “processo de consentimento livre e esclarecido” e suas implicações, explicando que, se as pesquisas antropológicas, são vistas como relações sociais em andamento, a *possibilidade* real da realização da pesquisa está dada, ou não, pelo próprio consentimento – livre e esclarecido - dos nossos interlocutores/informantes.

Diante disso defendi amplamente a tese do consentimento livre e esclarecido como um processo a ser obtido ao longo da pesquisa e não como uma formalidade contida em uma folha de papel assinada, sabe-se lá sob que condições.

Mas o que realmente me interessava trazer à tona era o que estava contido na segunda parte da minha palestra que se referia à necessidade de que cada pesquisa fosse vista pelos comitês de ética, a partir dos princípios que regem cada metodologia de pesquisa. Com algum detalhamento mostrei o que estava em jogo na pesquisa qualitativa e sugeri que os comitês, sendo multidisciplinares pudessem avaliar a coerência interna de cada pesquisa, pois essa indicaria as especificidades éticas daquela situação.

Considerações finais

A palestra realizada por mim por indicação da ABA pareceu ter conseguido uma aceitabilidade muito grande. Ao mesmo tempo, considero que há um evidente clima de questionamento quanto ao viés biomédico da Resolução 196/96, como eu jamais havia observado anteriormente. Além disso, percebe-se uma evolução no pensamento de membros (ou ex-membros) da CONEP, que passam a reconhecer aspectos levantados pela Antropologia desde antes do ano 2000, que foi quando essas questões começaram a ser consideradas dentro do âmbito da nossa Associação.

Esta percepção não vem exclusivamente desse evento, mas de um número de palestras que tenho sido convidada para participar, as quais, embora não tendo sido feitas através da indicação da ABA, não tem sido possível para eu desvincular-me dessa relação de proximidade com a Associação.

Essas palestras, realizadas de julho a outubro de 2005 foram:

1. Ciências Sociais e Saúde (pré-ABRASCO) participação como palestrante na mesa Ética e Pesquisa em Populações Indígenas – Florianópolis, 9/7/2005
2. Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas – Fundamentações teóricas – participação como palestrante em evento de

qualificação dos Comitês de Ética em Pesquisa – Novo Hamburgo, FEEVALE, 26/8/2005

3. Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas, com ênfase na Antropologia - participação como palestrante em evento de qualificação dos Comitês de Ética em Pesquisa, UNIJUÍ, 23/9/2005
4. Além da participação referida nesse relatório também parte do programa de qualificação dos Comitês de Ética em Pesquisa – participação como palestrante na Faculdade de Saúde Pública da USP - COESP/USP, São Paulo 4/10/2005.

Auto-avaliação

Considerando a diversidade dos públicos dirigidos nas palestras, foi possível observar que o Comitê de formação mais recente, que é o da Unijuí ainda está mais vinculado às decisões da CONEP, ainda está bastante marcado pela orientação quantitativista, proporcionando aos colegas da área de Ciências Humanas, situações desagradáveis, que colocam em cheque a própria validade da pesquisa qualitativa. Assim, as questões levantadas pela Antropologia quanto aos preceitos éticos tiveram uma repercussão positiva, mas não tanto quanto nos demais lugares. Por outro lado, percebi que a “autoridade” conferida à esta palestrante, trouxe um reforço e até uma certa legitimação para a área de Antropologia. Ao mesmo tempo, observo que a outra palestrante do evento na UNIJUÍ, a Profa. Sueli Dallari, por ser ex-membro da CONEP, além de ser professora da USP, produziu um efeito muito positivo e de credibilidade através das suas palavras. Para nossa sorte, ela é uma pessoa da área do Direito, extremamente sensível aos questionamentos da Antropologia. Assim, embora a minha palestra possa ter causado alguma reflexão foi, sem dúvida nenhuma, a presença dela que conferiu maior legitimidade para o evento e os argumentos levantados. Em suma, ser membro da CONEP e da USP acrescentou um grande valor a sua palestra e às brilhantes respostas que ela ofereceu às indagações da platéia.

Por outro lado, as palestras no pré-ABRASCO, na FEEVALE e na Faculdade de Saúde Pública da USP, foram, de certa forma, a consagração de questões sobre as quais os próprios comitês de ética já tinham presentes. As palestras foram, nesse sentido, muito exitosas, onde eu percebi imensa identificação do público com os questionamentos trazidos. Assim considero que as palestras proferidas foram mais uma forma de sistematização de problemáticas já vivenciadas por eles.

Em resumo, observei que, talvez, comitês mais experientes possam ser parceiros da ABA, pois já se sentem mais seguros para pressionar uma mudança na regulamentação concernente a projetos envolvendo seres humanos de forma diversa.

Infelizmente, foi-me relatado nesse evento na USP que, embora muitos membros da CONEP já comecem a trazer grandes questionamentos à forma como a ética na pesquisa vem sendo tratada, o diretor-presidente da CONEP, William Saad Hossne, pertence ainda a uma corrente muito conservadora e tem sido difícil pressionar por mudanças nas concepções iniciais desse órgão. Por outro lado, percebo também uma autonomia auto-outorgada pelos comitês de ética que oferecem um espaço importante de intervenção onde, acredito, a ABA encontra um lugar de atuação.

Finalmente, sugiro que talvez seja necessário um outro movimento da ABA que demonstre aos seus sócios a importância dos comitês de ética e o espaço de ação que eles podem oferecer.

Ceres Gomes Víctora
São Paulo, 4/10/2005.